

“ESPECIFICIDADE NEGRA”: Singular ou Plural?

Ana Lúcia E. F. Valente*

O fato de uma revista especializada em estudos migratórios pretender reunir, em um mesmo número, artigos com propostas de análise sobre as identidades dos diversos grupos que compõem a população brasileira, **inclusive dos negros**, pode causar um certo estranhamento. Porém, trata-se de impressão inicial, já que, em tese, quando se pensa no traslado de um povo ou de um grande número de pessoas de um país para outro e mesmo de uma região para outra de um único país, a idéia é que resulta de uma opção voluntária. Faz parte do imaginário da nação que os migrantes sempre estão em busca de um sonho de eldorado, de uma vida mais digna. Quer emigrantes, quer imigrantes - uma diferença difícil de se memorizar nos anos de secundário e, hoje, mais problemática de ser aceita como mera oposição - aqueles que deixam um país ou aqueles que entram num outro, têm em comum a expectativa de que a mudança, a passagem lhes ofereça uma nova e melhor condição de existência.

Por essa razão, quando se recorda que os negros chegaram ao Brasil como escravos, percebe-se que não se pode, sem incorrer em equívocos de interpretação, deixar de lado um aspecto fundamental: a migração negra foi forçada e realizada à revelia de seu povo. Ao menos durante quatro séculos.

Não se pode, pois, insistir na manutenção daquele imaginário ante a constatação de que os negros foram obrigados a abandonar um “modo de vida”, seu trabalho, sua cultura, ao serem arrancados da África.

Contudo, em que pese a violência inerente à transformação de um ser humano em mercadoria e consequente perda de sua liberdade, a escravidão deve ser entendida como decorrência lógica do “sistema” implantado no Brasil. Para que o pacto colonial fosse garantido e funcionasse re-

gularmente, dando à metrópole exclusividade comercial sobre as mercadorias produzidas nas colônias, bem como condições de promover a acumulação de capitais com baixos custos de produção, impunha-se a adoção do trabalho compulsório, mesmo em sua forma limite. Além disso, eram tão vastas as terras desocupadas que seria praticamente impossível utilizar e manter trabalhadores livres sob contrato, porque eram grandes as chances de tornarem-se proprietários (Marx, 1980).

Apesar de ser prudente o acréscimo de adjetivos “voluntária” ou “compulsória” ao substantivo migração, quando se considera o contexto histórico que, em última análise, determina os mais variados processos marcados pelo singular ou específico, resgata-se a dimensão da totalidade. Nesse sentido, os negros, como os demais segmentos étnicos, encontram um solo comum para serem tratados.

Em outros termos, as características peculiares de cada processo migratório, embora sejam consideradas, devem ser, também, entendidas à luz do movimento da história. Isso posto, deve-se ter em mente a forma de organização social dominante que tende a submeter todas as outras formas que com ela convivem, para a preservação de sua lógica. Tende a imprimir a sua marca em todas as instâncias da convivência humana, incluindo aquelas de aparente caráter voluntário.

A identidade enquanto representação

Entenda-se por organização social dominante a forma através da qual os homens estabelecem relações entre si e com a natureza, para garantia de sobrevivência e reprodução. Essas relações são continua-

mente transformadas ao promoverem, elas próprias, transformações, que ocorrem tanto ao nível da ação como do pensamento, dimensões indissociáveis e inerentes ao homem. Significa dizer que, se todo homem pensa e reflete a sua ação, ou, se as representações que constrói sobre si e os outros com os quais partilha o seu trabalho e a sua cultura, são expressões necessárias do real vivido e pensado, toda e qualquer transformação da realidade implica uma transformação dessas representações.

Disso decorre que, ao propor uma reflexão sobre a identidade negra, desde logo, pretendemos negar o entendimento da identidade como processo imutável e cristalizado no tempo e no espaço. Temos como perspectiva de compreensão, a identidade como representação construída a partir de processos relacionais, que se transformam ao longo do movimento histórico.

Desse modo, qualquer discussão sobre a temática não pode se restringir ao conhecimento de como é construída a identidade étnica no grupo negro e, sobretudo, a partir da socialização do negro.

As relações estabelecidas como o “outro”, que nesse caso, é branco, situa-nos face à manipulação de símbolos de identidade tanto de um grupo como de outro. E, no tocante ao negro, deve-se considerar que, na sociedade global, o racismo ou suas formas mais matizadas de expressão, como o preconceito e a discriminação raciais, dão a tônica do processo.

Por outro lado, não se pode esquecer que essa manipulação, em maior ou menor medida, é condicionada por relações sociais estabelecidas por um contexto mais amplo de determinação. Como pode-se perceber, pensamos que a questão da identidade não pode ser dissociada da compreensão da forma dominante de organização social.

Identidade ou identidades?

Os estudiosos das relações interétnicas e militantes de grupos negros organizados no Brasil, ante a existência inequívoca de racismo, têm apontado para a necessidade do enfrentamento de concepções falsas, cristalizadas ao longo do processo de socialização tanto de negros como de brancos. No caso dos negros, é sobretudo preocupante que tais concepções sejam internalizadas pelo grupo étnico, o que tem dificultado a construção de uma identidade positiva, capaz de superar aquela elaborada historicamente pelos grupos brancos dominantes.

No entanto, da mesma forma que não se pode imaginar que os escravos negro-africanos, a partir de múltiplas experiências organizacionais no país de origem, tivessem uma identidade, por inúmeras razões, não se pode ignorar que, hoje, tal unicidade é praticamente impossível.

Subentende-se, portanto, que o capitalismo, já no período mercantil, iniciou o processo de subsunção daquelas experiências. A lógica que o engendra é calcada na exploração de poucos sobre muitos homens no processo de produção da riqueza social, progressivamente acumulada e concentrada nas mãos dos primeiros. Porém, ao longo do tempo, esse modo de produção transformou-se. Em decorrência disso, modificaram-se as relações entre os homens, bem como suas representações.

No que diz respeito ao negro, no entanto, embora sua condição não seja mais escrava, a realidade impôs-lhe novas dificuldades.

Na condição de trabalhador livre, na fase monopólica do capitalismo, que perdura até hoje, é importante perceber que, se exige do negro, além da necessidade de construção de uma identidade racial, a elaboração de uma identidade de classe.

Na medida em que a chamada "comunidade negra" apresenta-se estrutural e ideologicamente diferenciada, porque não imune à organização de uma sociedade dividida em classes, há que se considerar a construção de diversas identidades.

Porém, essa perspectiva choca-se, muitas vezes, com o ideário da militância, para quem, tudo indica, existiria uma "particu-

laridade cultural dos negros", relacionada à África idealizada e a todas as diversas manifestações dos negros na diáspora. Algo como se essa cultura tivesse sido redimida do processo de transformação do real e, por isso, mitificada.

Além da cultura ser tomada como processo estático e dissociado do trabalho humano e das relações sociais estabelecidas, manipula-se politicamente a idéia de "especificidade cultural", procurando mascarar o fato de que grupos étnicos diferentes partilham dados culturais entre si.

A concepção de uma identidade negra una, enquanto tática, não pode ser invalidada ou menosprezada, sobretudo se considerarmos a sua eficácia para, em determinadas conjunturas, marcar as diferenças. Por outro lado, também não pode ser superestimada, ao ponto de, ao relegar a infra-estrutura a epifenômeno, descambar para o anacronismo e maniqueísmo estreitos. Ou, ainda, para a mera simplificação de problemas efetivos que devem ser enfrentados e com os quais se deve lidar, em que pese a sua complexidade.

A(s) identidade(s) negra(s) redimensionada(s)

Hoje, quando se fala em processo de construção da identidade negra, no singular ou plural, é comum que sejam feitas referências à Bahia, onde a ideologia da "negritude" e da "baianidade" são quase sinônimos (Bairros, Barreto e Castro, 1992).

Pesquisas recentes realizadas na Bahia, um Estado em que se afirma a construção de uma identidade negra valorizada e positiva, demonstram como a posição dos negros, especialmente na cidade de Salvador, foi redefinida a partir de transformações da estrutura social local. A ampliação de oportunidades - de trajetórias individuais e familiares - de mudança social entre os negros, em decorrência de modificações na estrutura sócio-econômica, acabaram por transformar as percepções sobre si próprios e os outros. Curiosamente, esses "novos negros" silenciam quanto a sua raça e ao movimento negro (Agier, 1992).

Nesse sentido, reafirma-se a impossibilidade de que qualquer temática seja entendida quando dissociada da totalidade histórica.

Contudo, apesar de Salvador ser o *locus* de organização de grupos negros que valorizam o atributo racial, os dados dessas pesquisas evidenciam a manutenção de preconceito e discriminação raciais.

Disso decorre que a "velha questão" de ser o racismo no Brasil uma questão de "raça" e/ou de "classe", permanece como desafio para aqueles que se debruçam no estudo das relações interétnicas.

Uma pista importante no sentido de superar, teoricamente, tal dicotomia, é a compreensão do racismo enquanto mecanismo com a função de controlar o acesso aos meios de produção e aos produtos do trabalho social. Nessa perspectiva parece ser fundamental o estudo das modificações da forma e do mecanismo interno da função, as quais implicam mudanças da própria função. Muitos estudos conseguiram mostrar que o racismo é constantemente "refuncionalizado", mas não propuseram uma reflexão sistemática sobre quais seriam as mudanças ocorridas nessas manifestações ao longo da história.

Ciente de que a teoria é incapaz de apreender a plenitude da singularidade ou da especificidade, torna-se imprescindível a reflexão sobre processos de construção da identidade, agora, uma reflexão redimensionada, sensível à transformação.

**Ana Lúcia E.F. Valente é Doutora em Antropologia Social (USP) e Profª Adjunta da UFMS, exercendo o cargo de Coordenadora do Curso de Mestrado em Educação. Autora dos Livros: Política e Relações Raciais - os negros e as eleições paulistas de 1982 (FFLCH, 1986), Ser Negro no Brasil Hoje (Moderna, 11ª. ed, 1993) e O Negro e a Igreja Católica: o espaço concedido, um espaço reivindicado (no prelo).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. *Novos Status e outros novos negros* - questões de identidade entre trabalhadores baianos. Série Toques, doc. Nº. 1, CRH/UFBa, maio de 1992.
- BAIRROS, Luiza, BARRETO, Vanda Sá & CASTRO, Nadya. *Negros e brancos num mercado de trabalho em mudança*. Série Toques, doc. nº. 4, CRH/UFBa, junho de 1992.
- MARX, Karl. *Teoria Moderna da Colonização*, In: *O Capital*, livro 1, vol. II, cap. XXV, 6ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.